

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 2 | 2020

*Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo
Brasil: a ALN e sua natureza
'anti-estadunidense'*

Carolina de Castro Palhares,
Pedro Henrique de Moraes Cicero

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL: A ALN E SUA NATUREZA “ANTI-ESTADUNIDENSE”¹

Carolina de Castro Palhares²

Pedro Henrique de Moraes Cicero³

Resumo: Na segunda metade do século XX, no contexto da política de poder bipolar decorrente da Guerra Fria, a América Latina vivenciou o surgimento de ditaduras civil-militares as quais, em parte, estruturam-se com a finalidade de manter a hegemonia estadunidense na região. Como resposta armada aos regimes de exceção, grupos guerrilheiros foram fundados tanto para reverter o cenário político interno quanto para denunciar a subordinação daqueles regimes aos interesses econômicos e geopolíticos estadunidenses. Partindo dessa conjuntura e apoiado nos documentos originais que tratam do tema, o artigo analisa a maneira pela qual a Ação Libertadora Nacional (ALN) denunciou, interpretou e reagiu à participação dos Estados Unidos tanto no golpe de Estado de 1964 quanto na consolidação da ditadura brasileira.

Palavra-chave: Relações Interamericanas; Ditaduras Cívico-Militares; Luta Armada; Ação Libertadora Nacional.

OR STAY THE HOMELAND FREE OR DIE FOR BRAZIL: THE ALN AND ITS “ANTI-USA” NATURE

Abstract: In the second half of the twentieth century, in the context of the bipolar power policy resulting from the Cold War, Latin America experienced the emergence of civil-military dictatorships which, in part, were structured with the purpose of maintaining US' hegemony in the region. As an armed response to the regimes of exception, guerrilla groups were founded both to reverse the internal political scenario and to denounce the subordination of those regimes to US economic and geopolitical interests. Within this conjuncture and guided by the original documents that illustrate the theme, the article analyzes the way in which the *Ação Libertadora Nacional* (ALN) denounced, interpreted and reacted to the participation of the United States both in the 1964 coup d'état and in the maintenance of the Brazilian Dictatorship.

¹ Os autores agradecem à equipe do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp, onde a pesquisa documental foi realizada e aos pareceristas de BJIR, pelas valiosas contribuições apresentadas.

² Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas, da Universidade de Brasília.

Keywords: Inter-American Relations; Civic-Military Dictatorships; Armed Struggle; Ação Libertadora Nacional.

I. INTRODUÇÃO

Ao se analisar a história das Relações Interamericanas, de pronto, percebe-se o extenso quadro de intervenções e ingerências praticadas pelos Estados Unidos ante os países latino-americanos (AYERBE, 2002). Dado o caráter abertamente expansionista da economia estadunidense, em especial após a vitória dos Estados do Norte na Guerra de Secessão (1861-1865), o pujante setor produtivo daquele país exigia a conquista, anexação e exploração de novos territórios, os quais garantiram aos EUA, essencialmente, mananciais acessíveis e competitivos de matérias primas, bem como novos mercados consumidores.

Assim, a partir das décadas derradeiras do século XIX, as grandes corporações estadunidenses passaram a ter presença marcante na América Latina, inicialmente disputando e, depois, fazendo frente aos interesses britânicos então consolidados. A construção da hegemonia dos EUA se estendeu ao longo da primeira metade do século passado e, concordando com Bambilra (2012), consolidou-se definitivamente após o término da Segunda Guerra Mundial. Como decorrência desse movimento expansionista, tornava-se inconveniente – senão inadmissível – a ascensão de governos em países latino-americanos que não garantissem tanto um bom ambiente para os negócios quanto apoio às demandas geopolíticas oriundas de Washington.

Nesse sentido, ainda mais tendo em vista o cenário de bipolaridade próprio à Guerra Fria, os EUA passam a disseminar a ideia de que a grande ameaça para a paz na América Latina era o avanço da influência soviética – e, conseqüentemente, do comunismo – na região. Tal cenário tornou-se ainda mais complexo com o bem-sucedido movimento guerrilheiro que culminou na Revolução Cubana de 1959. A vitória dos revolucionários caribenhos gerou pânico nas classes dirigentes latino-americanas, as quais, temendo o avanço da esquerda⁴ e/ou de governantes nacionalistas, passaram a se alinhar com ainda maior intensidade à política de poder emanada de Washington. Foi nesse cenário que se construiu o apoio dos Estados Unidos

⁴ Neste trabalho, entende-se o conceito de “esquerda” como um referencial aos “movimentos e ideias endereçados aos projetos de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas” (GORENDER, 1987, p. 7).

para a desestabilização do governo de João Goulart e o conseqüente golpe de Estado no Brasil, em abril de 1964.

Antes de avançar nas especificidades do tema, é importante ressaltar que entendemos o golpe como sendo um movimento “civil-militar”. Inere-se que, mesmo diante da predominância dos militares no comando da ação, estes forjaram uma aliança política com importantes setores do empresariado brasileiro, os meios de comunicação de massa, os latifundiários e com as empresas transnacionais instaladas no país, com o claro objetivo de lograr a deposição⁵ de Goulart.

Destes, importante enfatizar o papel exercido pela imprensa brasileira⁶ enquanto a principal responsável por espalhar a visão de que Goulart estaria “à frente de ações que conduziriam à subversão da ordem constituída no país” (MELO, 2014, p. 320). Desse modo, construíra-se um falso consenso em meio à sociedade sobre a necessidade de levar a cabo sua deposição, sendo os militares os únicos capazes de lograr sucesso na importante empreitada.

Por sua vez, o empresariado brasileiro também exerceu papel fundamental na articulação com os militares. Há uma longa lista⁷ de empresários, especialmente oriundos do Estado de São Paulo, dos mais diversos setores econômicos, que participaram da campanha de desestabilização do governo Goulart. Tanto que Paulo Egydio Martins⁸, quem prestou declarações à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo⁹, apontou a existência de um “caixa dois” para as doações dos empresários ao golpe apontando que era “difícil encontrar alguém que não tenha financiado a conspiração”¹⁰ (MELO, 2014, p. 322).

O descontentamento dos referidos setores residia, em grande medida, no fato de que o governo Goulart adotara certas políticas buscando avançar na consolidação de uma agenda guiada por bases nacionalistas/trabalhistas. Entre as medidas emplacadas para dar vazão a esse projeto destacaram-se as encampações¹¹ de subsidiárias estadunidenses, a regulamentação da

⁵ É muito bem documentado o envolvimento tanto da Igreja católica na articulação e manutenção do Golpe de Estado (em especial através da atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), quanto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como, também, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (MELO, 2014, p. 314).

⁶ Entre outros, citam-se os seguintes órgãos de comunicação como os mais engajados no suporte ao Golpe de Estado: Organizações Globo, Jornal Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo.

⁷ Consultar: MELO, Demian Bezerra de. “Civis que colaboraram com a ditadura”. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. II. Brasília: CNV, 2014, p. 303-328.

⁸ Assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio no governo de Castello Branco, em 1966. E foi governador do estado de São Paulo, entre 1975-1979, eleito indiretamente durante o governo de Ernesto Geisel.

⁹ Instituída para apurar as violações dos Direitos Humanos que ocorreram no município de São Paulo.

¹⁰ Importante ressaltar que esse suporte se estendeu à manutenção do regime, através do apoio, por exemplo, das atividades da Operação Bandeirantes (Oban) que viria a ser um aparato de repressão que perseguia, prendia, torturava e assassinava os opositores da ditadura.

¹¹ Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT e da *The Rio-Grandense Light & Power Syndicate*, subsidiária da AMFORP. O governo dos Estados Unidos queria induzir o governo

Lei de Remessas de Lucro¹² e as “Reformas de Base” que, cada uma a sua maneira, desafiaram os interesses imediatos tanto das elites brasileiras quanto do projeto hegemônico estadunidense. A partir disso, fortaleceu-se a aliança de oposição que delinearía o contexto para o golpe de Estado (MOREL, 2014, p. 12).

Para tanto, entre outras situações, o governo dos EUA procurou desestabilizar a administração Goulart através da negociação de acordos firmados com governadores e prefeitos considerados hostis ao presidente brasileiro. Num primeiro momento, o intuito era encontrar maneiras de diminuir ao máximo o poder de governabilidade por parte de Goulart. Ou seja, “*tudo o que visava minar o poder do Executivo federal era incentivado pelos EUA*” (TOLEDO, 2004, p. 107). Com esse intuito, o financiamento das campanhas de políticos de oposição era tido como um modo para “*exercer alguma influência, a nível estadual, em favor de medidas semelhantes aquelas que estavam promovendo, sem grande êxito, a nível federal*” (PARKER, 1977, p. 46).

Além desses expedientes, os estadunidenses passaram a apostar, também, no financiamento de entidades vinculadas à sociedade civil, tais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)¹³. O Ipes¹⁴ foi constituído por militares reformados com o objetivo precípua de estabelecer um serviço de inteligência para colher dados sobre a suposta infiltração comunista na administração de Goulart. Empresas estrangeiras, sobretudo as sediadas nos EUA, destinaram vultosos recursos ao IPES durante seus anos de funcionamento. Entre essas, a título de exemplo, destacou-se a *Light & Power* que “entre 1961 e 1963, concorreu mensalmente para a caixa do Ipes com a quantia de Cr\$ 200.000.00 [...] distribuídos como donativos a diversas entidades de cultura e de beneficência, entre as quais a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra” (BANDEIRA, 2007, p. 582).

brasileiro a pagar o valor pedido pelas suas subsidiárias, mas as negociações não avançavam na medida em que não se chegava a um acordo sobre o preço exato. Esse processo de compra e venda só foi concluído em 1964, durante o regime militar (BANDEIRA, 2001).

¹² Sua adoção impedia que certa porcentagem dos ganhos das empresas estrangeiras fosse enviada para suas matrizes fora do Brasil.

¹³ Uma das pesquisas pioneiras sobre ambas as entidades é o trabalho de René Dreifuss em sua obra “1964: A Conquista do Estado”.

¹⁴ O Instituto também foi responsável por ajudar a constituir uma rede de empresários da imprensa, entre os quais “Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, a qual, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, conformou a ‘Rede da Democracia’. Sendo o rádio o mais importante veículo de comunicação de massas na década de 1960, a iniciativa teve um impacto significativo na construção do apoio social ao movimento sedicioso” (MELO, 2014, p. 321).

O Ibad, por sua vez, custeou candidaturas de indivíduos fortemente contrários às iniciativas de Goulart tanto para os postos no legislativo quanto para governos estaduais nas eleições de 1962. O intuito era, abertamente, o de financiar aqueles que se colocavam como “*defensores dos investimentos estrangeiros e contrários à política externa independente*” (BANDEIRA, 2007, p. 582). Posteriormente, a Câmara dos Deputados acabaria instaurando uma comissão parlamentar de inquérito¹⁵ para investigar a origem dos fundos dessa entidade. O então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, demonstraria através de documentos que,

(...) o dinheiro do Ibad procedia de várias firmas estrangeiras entre as quais a Texaco, Shell, Ciba, Cross, Schering, Enila, Bayer, General Electric, IBM, Coca-Cola, Standard Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG, Herm Stoltz e Coty, na maioria norte-americanas. Não eram essas, no entanto, as únicas fontes de financiamento do Ibad e de outras organizações de extrema direita, que se apresentavam (quase todas) com o rótulo de democráticas, uma espécie de *trade mark* (marca registrada) *made in USA* (BANDEIRA, 2007, p. 583).

No mesmo sentido, porém em outra frente, vale destacar o papel desempenhado pelo embaixador estadunidense Lincoln Gordon nos esforços pela desestabilização do governo Goulart. Tendo em vista a implementação das medidas supramencionadas, em especial as “Reformas de Base”, Gordon passou a vociferar que o presidente brasileiro tinha pretensões de estabelecer um regime comunista no país. Para detê-lo, passou a fortalecer laços com os militares de alta patente, vistos pelos burocratas estadunidenses como importantes aliados para a “*estratégia de refrear os excessos esquerdistas do Governo Goulart*” (PARKER, 1977, p. 84).

Desse modo, Gordon solicitou ao presidente John F. Kennedy a vinda ao Brasil do Coronel Vernon Walters alegando que “*a dangerous situation was developing in which the military would obviously play a key role of some sort*” (BANDEIRA, 2001, p. 33). Walters tornou-se adido da Defesa da embaixada dos EUA no Brasil, sendo um importante aliado da oposição ao governo de Goulart. Em virtude da atuação conjunta em combates da Segunda Guerra, o Coronel possuía amigos entre os militares brasileiros e, também por isso, conseguia colher importantes informações sobre a correlação de forças estabelecidas no seio militar (PARKER, 1977).

Na conjuntura da Guerra Fria, o governo dos EUA chancelava a visão de Gordon no que concernia à problemática [para eles] situação política brasileira. Assim, desde o final de 1963, um grupo de pressão articulado por Gordon passou a trabalhar na construção de cenários e

¹⁵ O deputado Rubens Paiva era o vice-presidente da CPI, à época, e foi morto sob tortura pelo regime militar em 1971.

alternativas vislumbrando ações diretas que os EUA poderiam tomar para afastar Goulart da presidência. Os cenários hipotéticos desenhados correspondiam aos “planos de contingência”, os quais buscavam “*antecipar o desdobramento de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de ações alternativas, evitando que um governo (...) seja surpreendido*” (FICO, 2008, p. 86). Os quatro possíveis cenários estabelecidos eram os seguintes:

O primeiro considerava a possibilidade de uma “revolta de extrema esquerda contra o regime de Goulart” com apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma “resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart obter poder autoritário” identificada por um gesto como a intervenção em um estado, o fechamento do congresso ou qualquer outra ação indiscutivelmente antidemocrática ou inconstitucional. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional “mais efetiva” motivado por um descontentamento acumulado com o “caos” econômico e político, não por um episódio específico. Finalmente, o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder “ultranacionalista de extrema esquerda”, com ou sem a participação de Goulart, acompanhada de uma “neutralização ou fracionamento” das Forças Armadas (FICO, 2008, p. 89-90).

Observa-se que a segunda e a terceira hipótese correspondiam à tese defendida por Gordon, “*segundo a qual Goulart implantaria uma ‘ditadura de tipo peronista’ e, depois, acabaria dominado pelos comunistas*” (FICO, 2008, p. 90). Notavelmente, os aspectos apresentados sobre o segundo e terceiro cenário foram “*aquilo que efetivamente se deu três meses depois*” (FICO, 2008, p. 91).

Não há surpresa com a adoção das diretrizes pelo governo norte-americano, mas surpreende a coincidência entre as diretrizes definidas no plano de dezembro de 1963 e aquilo que os conspiradores brasileiros fizeram no final de março de 1964. Trata-se de um indício eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963, no plano de contingência norte-americano (FICO, 2008, p. 91).

A “Operação Brother Sam” constituiu-se, nesse contexto, enquanto uma força-tarefa naval a ser enviada ao Brasil caso eclodisse o conflito entre as forças “pró e anti-Goulart”. O Comando-Geral da operação foi atribuído ao General George S. Brown e, em suma, a articulação projetada pelo governo dos Estados Unidos objetivava não o apoio bélico, mas estratégico aos opositores de Goulart – “*havia o temor de que o Movimento no Brasil viesse a ser derrotado pela falta de combustível, se as lutas se estendessem por muito tempo*” (CORRÊA, 1977, p. 16). Assim, a operação contava com

(...) um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seus contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado CS Agent) e

quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas (FICO, 2008, p. 98).

Contudo, quando o Marechal Humberto Castello Branco anteviu que Goulart não tentaria resistir à deposição, contactou Gordon e disse que “*não precisaria de apoio logístico norte-americano*” (FICO, 2008, p. 98). Assim, tendo em vista a ausência de reação organizada das forças contrárias à quebra do regime democrático brasileiro, não foi necessária a deflagração da Operação Brother Sam. Efetuado o golpe, o regime militar logo tratou de, sistematicamente, oprimir e perseguir os seguimentos da esquerda política do país.

Desse modo, a instauração da ditadura culminou na desestruturação da “esquerda tradicional” brasileira que, até então, estava vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os “rachas” no PCB levaram ao surgimento de várias organizações, entre as quais algumas que passaram a defender a luta armada como a única possibilidade para o combate ao regime. De acordo com o dossiê “Brasil Nunca Mais” foram fundadas ao menos quarenta organizações a partir da fratura do “Partidão” (REZENDE, 2010).

Esses grupos que aderiram à luta armada, em sua maioria, iniciaram suas atividades apostando na consolidação de guerrilhas urbanas, pois as percebiam como estratégia mais propícia para amealhar dinheiro, armamentos e novos combatentes – o que permitiria uma acumulação de forças para o lançamento das guerrilhas rurais. Assim, as organizações guerrilheiras passaram a efetuar assaltos a bancos, roubos de armamentos, sequestros de embaixadores, entre outras ações violentas (RIDENTI, 1997).

Nesse cenário polarizado, observa-se que ao mesmo tempo em que os EUA agiram para garantir e preservar seus interesses no Brasil, apoiando o golpe de Estado, acabaram, também, contribuindo para o surgimento de guerrilhas urbanas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). A partir desse contexto, o objetivo das próximas seções é o de demonstrar que as circunstâncias à época levaram e, em certa medida, legitimaram o surgimento da ALN no que concerne, especificamente, à luta armada contra a ingerência dos Estados Unidos ante o Brasil.

Para tanto, pretende-se examinar a maneira pela qual a ALN identificou e reagiu à participação dos Estados Unidos tanto no Golpe de 1964 quanto na posterior consolidação da ditadura brasileira. Metodologicamente, o referido exercício foi realizado a partir da análise de documentos originais relacionados ao tema e publicados pela ALN (e por seu principal líder, Carlos Marighella), os quais estão disponíveis e organizados no Anexo “Brasil Nunca Mais”, assentado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.

Importante esclarecer que o projeto Brasil Nunca Mais (BNM) é uma iniciativa da sociedade civil, originalmente desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela

Arquidiocese de São Paulo. Seu principal objetivo é o de denunciar os crimes e as violações dos direitos humanos pelo regime militar. Em suma, almejava

(...) evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira (BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL, 2020).

Buscando reconstruir uma parte da história brasileira, o BNM dispõe de cópias dos processos judiciais movidos contra presos políticos e também toda a documentação, oficial e não oficial dos grupos políticos, apreendida pela repressão. Assim, a partir de uma visita, em 2019, ao AEL/Unicamp foram coletados 39 documentos da ALN, porém, para este artigo serão apresentados apenas 22, referentes aos anos de 1966 a 1972, sendo estes aqueles que possuem menções diretas aos Estados Unidos.

II. O “ANTIPACIFISMO” DE MARIGHELLA ENQUANTO REAÇÃO À INGERÊNCIA ESTADUNIDENSE NO BRASIL

Tendo em vista seu notório passado enquanto um dos mais destacados militantes comunistas brasileiros, Carlos Marighella¹⁶ foi um dos primeiros líderes políticos a ser perseguido pelo recém-instalado regime ditatorial. Após ser baleado e preso na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 1964, conseguiu sua liberdade através de um habeas corpus depois de 80 dias encarcerado, retornando, em seguida, à clandestinidade. No ano seguinte escreveu o livro “**Porque Resisti a Prisão**”, por meio do qual expressou contundente mensagem de resistência contra a repressão e contra a manifesta entrega do país pelo regime militar ao imperialismo estadunidense (MARIGHELLA, 1994).

Marighella¹⁷ entendia que, guiados pela lógica da Guerra Fria, os EUA atuavam de maneira sistemática e violenta, impondo uma “*guinada à direita*” em toda a América Latina,

¹⁶ Baiano, filho de um imigrante italiano metalúrgico e de uma empregada doméstica negra (cujos pais eram escravos), Carlos Marighella (1911-1969) filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1934, tendo, desde então, devotado sua vida ao partido e a causa revolucionária. Por ser um dos mais combativos opositores da ditadura varguista, esteve preso e foi torturado pelo referido regime, situação que o levou à clandestinidade. Após um período de dois anos (1953 e 1954) vivendo e conhecendo de perto a recém-consolidada revolução comunista chinesa, Marighella retornou ao Brasil para dar continuidade à sua luta junto ao PCB, se tornando uma das principais lideranças de resistência ao Golpe de 1964 (MAGALHÃES, 2012).

¹⁷ Para maiores informações sobre a vida e obra de Marighella, indica-se, entre outros, a consulta do livro de Mário Magalhães “*Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo*”; a obra de Cristiane Nova e Jorge Nóvoa “*Carlos Marighella: o homem por trás do mito*”; o livro de Gilney Viana e Iara Xavier Pereira “*Carlos Marighella: comunista e poeta de todas as horas*”; o livro de Vladimir Safatle “*Chamamento ao Povo Brasileiro*” e o livro de Edson Teixeira da Silva Junior “*Carlos: a face oculta de Marighella*”.

com vistas a impedir a disseminação de ações e valores com potencial para ensejar processos revolucionários como o que acabara de ocorrer em Cuba. No caso brasileiro, tinha convicção de que os militares haviam sido influenciados e apoiados pelos EUA para levar a cabo o golpe (MARIGHELLA, 1994). Dessa maneira, na análise do revolucionário baiano, o regime de exceção consolidava a completa submissão do Brasil às vontades político-econômicas emanadas dos EUA, eliminando qualquer tipo de barreira ao domínio do capital estadunidense no país. Nesse sentido, denunciava que

(...) a lei de remessas de lucros restabeleceu o domínio privado das refinarias particulares nacionalizadas, abalando o já enfraquecido sistema do monopólio estatal do petróleo, entregou as reservas de minérios brasileiros ao truste norte-americano da Hanna e lhe concedeu um porto particular, realizou a desnacionalização do país sob o pretexto de eliminar as áreas de atrito com o capital estrangeiro, permitiu e subvencionou o levantamento aerofotogramétrico do nosso território pelos norte-americanos desvendando aos Estados Unidos o panorama completo de nossas riquezas minerais e entregando os mapas ao governo norte-americano, num insofismável atentado à nossa soberania e a segurança nacional (MARIGHELLA, 1994, p. 117-118).

Diante da manifesta subserviência, o líder comunista antevia duas opções para a sociedade brasileira: a resistência ou o conformismo. De sua parte, filiava-se ao princípio de que a libertação nacional jamais viria do conformismo. Urgia, assim, pela “*tenaz resistência*”. É nesse contexto que, já em 1966, em seu texto “**A Crise Brasileira**”, Marighella expressou pela primeira vez a necessidade de promover o enfrentamento da ditadura militar e do imperialismo estadunidense através da luta armada.

Em suas análises iniciais sobre o novo momento político, ressaltou que o agravamento da crise brasileira era consequência direta das políticas estabelecidas pelo regime militar, o qual impunha a desregulamentação das leis trabalhistas e consolidava a subordinação do país ao Fundo Monetário Internacional (MARIGHELLA, 1979). Além disso, apontava que o desenvolvimento brasileiro era atrapalhado pelo,

(...) **domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira**, pela predominância e o monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria (MARIGHELLA, 1979, p. 55, grifo nosso).

Ademais, denunciava que a instabilidade econômica então vivenciada originava-se da crise estrutural – e intransponível – do sistema capitalista. Dessa forma, como único mecanismo capaz de solucionar definitivamente a crise, as classes sociais deveriam buscar alternativas revolucionárias, principalmente devido à inaptidão da burguesia em “*afastar o*

imperialismo norte-americano de nosso caminho” (MARIGHELLA, 1979, p. 58). Nas palavras de Marighella,

O imperialismo norte-americano age no Brasil através de um setor do capitalismo brasileiro. Isto quer dizer o seguinte: apesar das contradições com os Estados Unidos, **o capitalismo brasileiro vem sendo utilizado pelo imperialismo norte-americano, que se apoia fundamentalmente no setor entreguista da burguesia.** Uma parte do capitalismo brasileiro só vê saída enfeudando-se aos Estados Unidos. A despeito da contradição com o imperialismo norte-americano, a outra parte é incapaz de enfrentá-lo (MARIGUELLA, 1979, p. 63, grifos nossos).

Segundo Marighella, apenas o proletariado se mostrara ativo na luta por direitos sociais e pelo progresso nacional, se opondo ao imperialismo e ao latifúndio. Entretanto, denunciava a opção desta classe – e de seus principais líderes - em seguir os princípios do caminho pacífico e do apoio às pautas reformistas, situações que não mais poderiam ser mantidas, em especial após o golpe (MARIGHELLA, 1979). A seu ver, a continuidade do pacifismo acarretaria na perpetuação da ditadura militar e,

[...] tal institucionalização – que a ditadura procura levar a efeito – tem como objetivo paralisar o movimento de libertação do povo brasileiro, subjugar o proletariado e as forças populares e nacionalistas, e **fazer do Brasil um satélite permanente ou duradouro dos Estados Unidos.** As teses da ocidentalização e da interdependência da soberania, aventadas a propósito da inevitabilidade da 3ª guerra mundial, são a cobertura ideológica da institucionalização (MARIGHELLA, 1979, p. 60-61, grifo nosso).

Diante disso, ao se opor à opção pela “via pacífica”, Marighella se filiou à proposta que vislumbrava a consolidação da luta armada no Brasil. Para o revolucionário baiano, seria impossível derrubar a ditadura senão pelo emprego da força, pois *“mesmo em face de outras alternativas, será sempre necessário o uso da força, pois o imperialismo norte-americano agirá pela violência ao sentir seus interesses ameaçados”* (MARIGHELLA, 1979, p. 73).

O dirigente comunista tinha convicção de que os EUA não ficariam indiferentes à hipotética derrota de *“um governo pró-imperialista”* e recorreriam a uma intervenção armada, pois *“o imperialismo norte-americano não cederá sem lutar pelo posto avançado que conquistou em nosso país, através do golpe militar”* (MARIGHELLA, 1979, p. 65). Dessa forma, Marighella acreditava que a guerrilha servia como uma forma de

(...) plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela intendência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças dos latifundiários, por um mínimo de bem-estar e melhoria para a população rural sofredora. **O Brasil é um país cercado pela atual ditadura militar entreguista e pelos círculos dirigentes norte-americanos,** a cujo serviço se encontram os traidores que empolgam o poder (MARIGHELLA, 1979, p. 87-88, grifo nosso).

A guerrilha estimularia, pois, a luta de resistência anti-imperialista em todo o país. Assim, frente às diretrizes pacifistas mantidas pelo PCB, Marighella apresenta seu pedido de demissão da Comissão Executiva do partido através da “**Carta à Executiva**¹⁸”, ao final de 1966. Estava convicto de que a ênfase em reuniões político-partidárias e a mera elaboração de notas denunciativas não modificavam em nada a temerária conjuntura brasileira, pois a referida estratégia estaria apenas “*ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão do movimento de libertação dos povos latino-americanos*” (MARIGHELLA, 1966, p. 6).

III. A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO CUBANA E A ADESÃO DE MARIGHELLA AOS IDEIAS DA OLAS

A partir desse posicionamento, Marighella tornava pública sua intenção em recorrer às armas – decisão esta que se concretizaria após sua participação na “I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade” (OLAS), realizada em Havana, entre julho a agosto de 1967¹⁹. A presença do revolucionário baiano nesta Conferência foi muito importante para o fortalecimento de suas convicções, em especial para a reafirmação de seu comprometimento com a necessidade da resposta armada à ditadura brasileira, tendo sido essa a tese vencedora e consensuada pelos militantes reunidos na capital cubana (GORENDER, 1987).

Com o fim da Conferência, Marighella permaneceu em Cuba produzindo uma série de documentos que se mostrariam fundamentais para suas ações políticas futuras. Em 8 de agosto de 1967, em suas “**Respostas ao questionário do pensamento crítico**²⁰” destacou que o Brasil não constituía uma exceção ao poder do imperialismo estadunidense, o qual possuía “*o controle estratégico da produção*” e exercia “*o domínio político e militar, intervindo de todas as formas em qualquer país logo que os interesses dos seus trustes e monopólios seja afetados*” (MARIGHELLA, 1967, p. 1). Dessa forma, via nos partidos políticos os agentes aptos a conduzir e esclarecer as massas quanto à necessidade da revolução. Porém, indicava que

¹⁸ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 698, depositado no AEL/Unicamp.

¹⁹ O PCB recusaria o convite por não concordar com a linha de ação adotada. E a atitude de Marighella resultaria em sua exclusão do Comitê Central do partido.

²⁰ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 58, depositado no AEL/Unicamp.

somente os partidos que aderissem à luta armada seriam capazes de fazê-lo. Tendo em vista a oposição do PCB em referendar esta estratégia, em sua “**Carta ao Comitê Central do PCB**”²¹ de 17 de agosto de 1967, o revolucionário decide por romper definitivamente com o partido.

Outro documento importante assinado por Marighella em solo cubano é a “**Carta a Fidel Castro**”²², de 18 de agosto de 1967. Nela, o brasileiro reconhece na Revolução Cubana o exemplo a ser seguido pelos demais países latino-americanos, pois a luta armada teria se provado enquanto a única maneira eficaz para se promover a libertação “*das massas e a destruição do aparelho burocrático militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo*” (MARIGHELLA, 1967, p. 6). Entretanto, apontava que após a vitória dos revolucionários cubanos, o imperialismo estadunidense não estaria “*disposto jamais a permitir no Brasil experiências liberais ou reformistas à moda de João Goulart*” (MARIGHELLA, 1967, p. 7). Assim, Marighella se mostrava cada vez mais convicto de que aquele seria o momento para a instauração da luta armada em solo brasileiro.

Ainda ao longo de sua prolongada estadia em Cuba, Marighella passou a difundir suas ideias também através da Rádio Havana, em suas “**Mensagens de Cuba**”²³, todas produzidas no ano de 1967. A segunda dessas mensagens guarda clara relação com a temática abordada neste artigo, pois apontou que as particularidades de cada país do continente não se sobreponham à necessidade de se estabelecer uma linha comum de ação aos revolucionários latino-americanos, na medida em que

(...) a estratégia da revolução é uma estratégia global, é uma estratégia latino-americana. Como **o inimigo principal da América Latina é o imperialismo dos Estados Unidos**, também inimigo comum da humanidade, nossa tarefa é criar “dois, três, muitos Vietnams”, **o que significa que devemos lutar para atrair as forças militares norte-americanas a combater desvantajosamente em vários lugares do mundo, ao mesmo tempo** (MENSAGENS DE CUBA, 1967, p. 5, grifos nossos).

Por sua vez, em sua quarta mensagem, esta específica sobre o caso brasileiro, destacava que seu país fazia parte do “*plano global de domínio do imperialismo norte-americano*” (MENSAGENS DE CUBA, 1967, p. 9). Por isso, as grandes empresas estadunidenses (como a *General Motors, General Electric, Firestone, Swift, Armour*, e o *First National City Bank*) controlavam tanto a produção industrial quanto a produção agrícola do Brasil. Neste comunicado, Marighella concluía que aquele seria o momento para uma “*guerra justa e*

²¹ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6467, depositado no AEL/Unicamp.

²² Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6467, depositado no AEL/Unicamp.

²³ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6468, depositado no AEL/Unicamp.

necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos” (MENSAGENS DE CUBA, 1967, p. 10).

Diante disso, a luta de guerrilhas representava o cerne da organização desta guerra, e os revolucionários brasileiros deveriam se preparar, pois

O imperialismo dos Estados Unidos não respeita as fronteiras da América Latina, organiza a invasão armada dos vários países de nosso Continente, manda seus assessores militares a toda parte, transforma os governos latino-americanos em seus títeres. Assim, não devemos ficar à espera de que a revolução brasileira não venha a ser reprimida. Estejamos certos de que as forças armadas norte-americanas, acompanhadas das demais forças de repressão dos gorilas do hemisfério sul o farão. É um dever revolucionário, internacionalista proletário, estabelecer desde já a solidariedade entre os povos latino-americanos empenhados na mesma luta de libertação, considerar a revolução latino-americana uma só revolução, e compreender que esta revolução já está começada. Quem iniciou a Revolução Latino-Americana foi a Revolução Cubana. Esta é que é a revolução pioneira. **Nosso papel no Brasil é dar continuidade à Revolução Latino-Americana, tal como já fazem os países que desencadearam a luta de guerrilhas** (MENSAGENS DE CUBA, 1967, p. 11, grifos nossos).

Em outubro de 1967, Marighella divulga o texto “**Algumas questões sobre as guerrilhas do Brasil**”²⁴ expondo que a guerrilha assumiria o papel estratégico e decisivo para a libertação dos povos do jugo das oligarquias e do imperialismo. Assim, no centro da revolução brasileira se encontraria a luta de guerrilhas para aniquilar as forças do inimigo interno e externo (MARIGHELLA, 1967).

A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em **aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencionais dos gorilas brasileiros** (MARIGHELLA, 1967, p. 2, grifos nossos).

O *aniquilar*, a seu ver, consistia em tirar do seu inimigo “*a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra*” (MARIGHELLA, 1967, p. 2). E quer dizer também, “*desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as (...) forças armadas nacionais (...) destruídas*” (MARIGHELLA, 1967, p. 3). Dessa forma,

(...) Sempre que os Estados Unidos estiverem acompanhados de forças militares gorilas de países latino-americanos, é necessário aniquilar o inimigo um a um e **deixar os imperialistas combatendo isolados**. Será este sempre o

²⁴ Este documento encontra-se no anexo do BNM, em duplicidade, nº 61 e 5262, depositado no AEL/Unicamp.

sentido em que empregaremos o termo aniquilar (MARIGHELLA, 1967, p. 3, grifo nosso).

O objetivo seria, pois, reduzir ao máximo os aliados do imperialismo estadunidense na região. Nesse diapasão, a vivência em Cuba e sua adesão aos pressupostos pactuados na OLAS contribuíram para que Marighella rejeitasse a ideia de construir um novo partido quando retornasse ao Brasil, apostando, sim, na consolidação da guerrilha urbana.

IV. O RETORNO DE MARIGHELLA E A FUNDAÇÃO DA ALN

Assim, em 1968, surgiu o “Agrupamento Comunista de São Paulo”, também conhecido como a “Ala Marighella”, grupo guerrilheiro que concentrou seu combate às forças ditatoriais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em um curto período de tempo conquistariam destaque nacional com suas ações de expropriação e conseguiriam atrair novos membros (GORENDER, 1987).

Objetivando difundir seus ideais e, com isso, angariar o apoio da população, o grupo lançou, em fevereiro de 1968, a primeira edição do jornal “**O Guerrilheiro**”²⁵. Dividido em seções temáticas, a publicação apresentava os ideais da organização, expressava contra quem estavam lutando e quais medidas deveriam ser adotadas para derrotar a ditadura. Num dos primeiros textos, denominado “Frente anti-imperialista”, destacava que os EUA - “o maior inimigo da humanidade” – deveriam ser implacavelmente combatidos (O GUERRILHEIRO, 1968).

Nosso lema é trabalhar sem descanso pela organização da guerra justa e necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos. Tendo em vista, **batalharemos por uma frente anti-imperialista**, ou seja, uma frente popular revolucionária, não importa o nome que venha ter. O fundamental é que seja **uma frente capaz de unir as forças interessadas na expulsão do imperialismo e na libertação do país pela via armada** (O GUERRILHEIRO, 1968, p. 1, grifo nosso).

Apontavam, ainda, que os militares no poder tinham a missão fundamental de “*servir aos interesses do imperialismo norte-americano*” (O GUERRILHEIRO, 1968, p. 2). A partir disso, expressavam que o Agrupamento fazia parte da estratégia disseminada pela OLAS e, a partir dela, convocavam operários, camponeses, estudantes e intelectuais a integrar os grupos guerrilheiros contra as forças reacionárias internas e externas, pois era necessário incitar a

²⁵ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 60, depositado no AEL/Unicamp.

“*agitação política*” das massas, assim como “*o trabalho de massas antiamericano*” (O GUERRILHEIRO, 1968).

Em dezembro de 1968, o regime militar decretou o AI-5, causando uma mudança na postura das organizações revolucionárias. Como uma resposta, Marighella escreveu a “**Mensagem aos Brasileiros**²⁶”, como suplemento ao jornal O Guerrilheiro, através da qual, entre outras conclusões, expressava que o AI-5 comprovava inequivocamente que os EUA eram, na prática, donos do Brasil.

O governo desnacionalizou o país, entregando-o aos Estados Unidos – o pior inimigo do povo brasileiro. Os norte-americanos são donos das maiores parcelas de terra do Brasil, detém em suas mãos uma grande parte da Amazônia e de nossas riquezas minerais, incluindo minérios atômicos. Tem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território. Os agentes da espionagem norte-americana da CIA estão dentro do país como em sua própria casa, orientando a polícia em caçadas humanas aos patriotas brasileiros e assessorando o governo na repressão ao povo (MARIGHELLA, 1968, p. 1, grifo nosso).

Em resposta ao recrudescimento da repressão causado pelo AI-5, a “Ala Marighella” reafirmou seu entendimento internacionalista. Nesse sentido, em janeiro de 1969, produziram o documento “**Sobre problemas e princípios estratégicos**²⁷”, no qual ressaltavam que a “estratégia da Ação Libertadora Nacional” visava não só derrubar o regime militar brasileiro, como também a influência dos EUA sobre o Brasil (ALN, 1969). Interessante notar, também, que é a partir desse momento que o grupo passa a se autointitular “Ação Libertadora Nacional”.

O combate ao governo militar resultaria, por conseguinte, em um embate contra os estadunidenses e sua expansão pela América Latina – “*sendo o imperialismo norte-americano nosso inimigo principal, devemos transformar a luta contra ele numa luta nacional libertadora e anti-oligárquica*” (ALN, 1969, p.2). Assim, as ações empreendidas deveriam estar pautadas na estratégia guerrilheira, sendo recomendável ações armadas de todos os tipos: emboscadas, expropriações, ocupações, sabotagem, “*punição de agentes norte-americanos*” e aos policiais torturadores (ALN, 1969).

Em agosto de 1969, a “Ação Libertadora Nacional” publica o documento intitulado “**Prisões**²⁸”. A intenção do texto foi a de se contrapor ao anúncio de que a repressão havia capturado alguns de seus quadros e de outras organizações. Destacavam que “*nenhuma prisão acabará com a guerra revolucionária no Brasil*” e que a ALN seguiria lutando para que sua

²⁶ Este documento encontra-se no anexo do BNM, em duplicidade, n° 191 e 5261, depositado no AEL/Unicamp.

²⁷ Este documento encontra-se no anexo do BNM, em duplicidade, n° 63 e 1609, depositado no AEL/Unicamp.

²⁸ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 5812, depositado no AEL/Unicamp.

guerrilha se fortalecesse cada vez mais para atacar “a ditadura militar, o latifúndio e o imperialismo norte-americano” (ALN, 1969, p. 2).

Ainda procurando fazer frente aos esforços do regime militar para exterminar os guerrilheiros, a ALN divulgou o comunicado “**Procurados**”²⁹. Denunciavam a ação dos militares em espalhar cartazes com fotos dos revolucionários classificando-os como “marginais”, “assassinos” e “terroristas”. Ademais, imputavam aos militares (supostamente nacionalistas) a entrega do país aos Estados Unidos (ALN, 1969).

Os norte-americanos hoje em dia são donos da indústria e do controle do país. As empresas brasileiras são levadas a falência pela ditadura militar que cobra impostos exorbitantes e aniquila a economia brasileira. **Os norte-americanos – através da compra das empresas – pelas quais pagam um preço insignificante, estão se tornando senhores do Brasil.** Comprando terras, tornaram-se igualmente os maiores proprietários de terras do país (ALN, 1969, p.1, grifos nossos).

No documento “**A Ação Revolucionária e a Frente Unificada**”³⁰, a ALN analisou alguns problemas presentes no movimento revolucionário brasileiro, bem como denunciou a adesão de setores do empresariado nacional à ditadura militar, além do apoio externo vindo do imperialismo dos EUA. Sobre isso, afirmaram:

Os militares brasileiros no poder, fazem o jogo dos interesses norte-americanos. Eles respeitam a **ideologia do imperialismo**. Sua política é a do Pentágono. Eis porque eles (...) não se opõem a ocupação econômica e militar posta em prática pelos americanos no Brasil. É ilusão crer que estes militares se revoltarão contra os EEUU, porque **esta nação imperialista, seus governos e monopólios são fonte de abastecimento do aparelho militar dos gorilas** (ALN, 1969, p. 3, grifos nossos).

A última exposição documentada dos ideais de Marighella corresponde a uma entrevista à publicação francesa “**Front**”³¹, em 3 de novembro de 1969. O revolucionário respondeu a vinte e nove perguntas buscando sintetizar os principais elementos que norteavam as ações da ALN. Em certo momento, ao ser indagado sobre os motivos que o levavam a acusar o imperialismo dos EUA e não o alemão ou japonês, Marighella respondeu que “*porque é fundamentalmente sobre o americano que se apoiam a ditadura e a burguesia brasileiras*” (FRONT n°3, 1969, p. 6). Adiante, questionado sobre uma possível intervenção militar estadunidense, respondeu: “Creio que as tropas americanas intervirão. A ocupação econômica

²⁹ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 70, depositado no AEL/Unicamp.

³⁰ Este documento encontra-se no anexo do BNM, em duplicidade, n° 75 e 5812, depositado no AEL/Unicamp.

³¹ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 76, depositado no AEL/Unicamp.

de agora tornar-se-á também uma ocupação militar, donde evidente aos olhos de todos, o Brasil se tornará então um novo Vietnam, dezenas de vezes maior...” (FRONT n°3, 1969, p. 6).

V. AÇÕES DA ALN EM RETALIAÇÃO AO APOIO ESTADUNIDENSE À DITADURA BRASILEIRA

Charles Rodney Chandler era capitão do Exército dos EUA e todo seu passado na corporação reforçava a convicção dos militantes da ALN de que ele estava no Brasil a serviço da repressão. Diante disso, Marighella considerava que “*Chandler não era um inocente, mas um vilão presumivelmente a soldo da CIA no Brasil, embora inexistisse prova de ligação com a agência*” (MAGALHÃES, 2012, p. 286).

Tendo em vista essa situação, decidiu-se pelo “justiçamento³²” de Chandler, o qual deveria ser efetivado pela ALN em conjunto com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os militantes que executaram a ação fizeram um levantamento dos hábitos do capitão Chandler e traçaram um plano para executá-lo quando este estivesse saindo de sua casa (MAZZA, 2018). Marighella, referiu-se à essa execução, em um segundo comunicado “**Ao Povo Brasileiro**”³³, em junho de 1969, dizendo que,

O justiçamento da capitão norte-americano, Charles Chandler, que veio da guerra do Vietnã para fazer espionagem da CIA no Brasil é outra prova de que os grupos revolucionários armados estão atentos na defesa da soberania e na preservação dos interesses nacionais (MARIGHELLA, 1969, p. 3).

A segunda ação - o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick - ocorrido em 1969, fora idealizado pela Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), em um primeiro momento visando à libertação de Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis da época e um dos fundadores da organização. Entretanto, a DI-GB era composta por jovens com pouca experiência na luta armada e, por isso, optaram por se juntar a ALN para efetuar o sequestro e, posteriormente, formulariam uma lista de militantes para serem trocados por Elbrick (BERQUÓ, 1997).

O rapto ocorreu no dia 4 de setembro de 1969 e, ao abandonar o carro do embaixador, os militantes responsáveis pela ação deixariam para trás seu motorista, Abel Custódio, e um

³² Termo utilizado pela ALN para “execução”.

³³ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 67, depositado no AEL/Unicamp.

manifesto³⁴ para que os policiais encontrassem. O regime militar tomaria a decisão de acatar as exigências feitas pelos sequestradores, divulgando, através da rede de televisão, o manifesto dos revolucionários. Neste documento, sob o título “**Ao Povo Brasileiro**”³⁵, ressaltou-se que o sequestro do embaixador representava a mais importante ação da guerra revolucionária brasileira, pois

O Sr. Bruke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo que aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros, aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração. São os interesses desses consócios de enriquecerem cada vez mais que criaram e mantem o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta, a repressão institucionalizada. Portanto o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fara desabar sobre eles o peso de sua luta (ALN; MR-8, 1969, p. 1-2, grifo nosso).

Diante desse cenário, os revolucionários colocavam “a vida e a morte” do embaixador nas mãos dos militares, fazendo duas exigências para sua libertação: i) a publicação e leitura da mensagem, na íntegra, nos principais meios de comunicação do país, e ii) a libertação de 15³⁶ prisioneiros políticos – “*são 15 revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões e quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados e que amargam as humilhações impostas pelos militares*” (ALN; MR-8, 1969, p. 2).

Ademais, salientavam que os quinze revolucionários valiam “*cem embaixadores*”, mas sabiam que um embaixador estadunidense valia muito “*do ponto de vista da ditadura e da exploração*” (ALN; MR-8, 1969, p. 3). Os prisioneiros deveriam ser conduzidos ao asilo político, e os militares não deveriam realizar qualquer tipo de represália contra estes, pois o mesmo seria feito contra Elbrick. Finalmente, o México concedeu asilo político aos prisioneiros, e, após o desembarque, o embaixador estadunidense acabou libertado (BERQUÓ, 1997).

VI. ASSASSINATO DE MARIGHELLA E DESARTICULAÇÃO DA ALN

³⁴ Quando assinaram o documento, a direção da DI-GB tomou a decisão de assumirem a partir dali o nome de “Movimento Revolucionário 8 de Outubro” – uma afronta ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) que se gabava por ter destruído uma organização com o mesmo nome (BERQUÓ, 1997).

³⁵ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6429, depositado no AEL/Unicamp.

³⁶ Eram eles: Gregório Bezerra, Wladimir Palmeira, José Ibrahim, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, João Leonardo, Ricardo Zaratini, Shu-Shu, Onofre Pinto, Maria Augusta, Luís Travassos, José Dirceu, Argonauta Pacheco, Rolando Fratti e Ricardo Villas-Boas.

Carlos Marighella foi assassinado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo, em uma emboscada comandada pelo torturador Sérgio Fleury. Sua morte ocorreu em consequência da forte repressão contra as guerrilhas brasileiras, sendo motivada, entre outros fatores, enquanto resposta às ações da ALN contra Chandler e Elbrick.

O assassinato de seu principal líder abalaria gravemente a ALN. Num primeiro momento, o grupo passou a ser liderado por Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”. Em março daquele ano, divulgaram a “**Carta aos militantes da Ação Libertadora Nacional**”³⁷ destacando a série de perdas sofridas pela organização. Mesmo assim, reafirmavam o comprometimento com o combate armado à ditadura, ao imperialismo e à dominação e exploração das classes dominantes (ALN, 1970).

Toledo concedeu entrevista à publicação “**Pensamento Crítico**”³⁸ denunciando a situação de vida dos camponeses, a repressão sobre os sindicatos e universidades – “*o ensino está cada vez mais sob controle do governo e dos americanos, e é cada vez mais orientado no sentido da formação de elites intelectuais de filhos de ricos*” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970, p. 1). Além disso, chamava a atenção para a situação das pequenas e médias empresas brasileiras que enfrentavam dificuldades em se estabelecerem no mercado, pois não conseguiam fazer frente “*as concorrentes maiores que em geral são empresas americanas*” e alertava, a partir do pronunciamento do senador Hilário Torloni, que “*81% das empresas de São Paulo são norte-americanas*” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970, p. 1-2).

Toledo agradeceria a “solidariedade internacional” que a ALN estava recebendo, principalmente de Cuba e da Argélia, “*cujos protestos vem impondo ao governo brasileiro constantes explicações a respeito do regime de tortura e ilegalidade no Brasil*” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970, p. 6).

Entretanto, a repressão contra as guerrilhas urbanas aumentaria ainda mais e, em 23 de outubro de 1970, o próprio Toledo acabou sendo localizado, sequestrado e morto sob tortura pelo mesmo Fleury que um ano antes assassinara Marighella (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Em novo comunicado “**Ao Povo Brasileiro**”³⁹, a ALN expressava que mesmo diante da morte de seus líderes, a luta não estava perdida. Clamavam por

Derrubar a ditadura militar e cancelar todos os seus atos a partir de 1964; Instaurar um governo revolucionário do povo; **Expulsar os imperialistas**, confiscar todos os seus bens e propriedades e de todos os que com eles colaborem; Transformar e melhorar as condições de vida dos operários e dos camponeses, da classe média, acabar com o latifúndio; **Retirar o país da**

³⁷ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 5412, depositado no AEL/Unicamp.

³⁸ Este documento encontra-se no anexo do BNM, em duplicidade, n° 77 e 5812, depositado no AEL/Unicamp.

³⁹ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6371, depositado no AEL/Unicamp.

órbita do imperialismo e firmar uma política externa independente (ALN, 1970, p. 1, grifos nossos).

Em 1971⁴⁰ lançariam duas edições de seu jornal “**Ação**”⁴¹. Dentre essas, a terceira edição, que sairia em novembro de 1971, destacava que buscavam manter ativo o “*ataque ao imperialismo norte-americano*” (AÇÃO, 1971, p. 4). Para tanto, expunham as ações guerrilheiras empregadas contra “*grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, inimigos de nosso povo*” (AÇÃO, 1971, p. 4), entre as quais a

Ocupação, expropriação e panfletagem numa agência da Light, no Ipiranga, de onde foram expropriados: Cr\$ 34 mil. A Light é um dos maiores trustes estrangeiros que domina e monopoliza toda a distribuição de energia elétrica, levando fabulosos lucros para o exterior, à custa da exploração de nosso povo e de nossas riquezas naturais; (...) Atentados às residências: do vice-cônsul dos Estados Unidos, do diretor da Swift, do diretor da Chicago Bridge, pichação na casa de um dos diretores da Coca-Cola. Estes atentados foram feitos num intervalo de duas horas. **Essas ações fazem parte da guerrilha urbana e da guerra psicológica desencadeadas contra o inimigo principal de nosso povo: o imperialismo norte-americano** (AÇÃO, 1971, p. 4, grifo nosso).

Em janeiro de 1972, a ALN publicou a quarta edição de “**O Guerrilheiro**”⁴², expondo um balanço das atividades da organização desde a morte de Marighella, suas baixas e os avanços conquistados até aquele ano. Ademais, apresentavam suas perspectivas sobre a guerrilha e a participação do povo, apontando que,

Segundo a nossa concepção de desenvolvimento da guerra revolucionária, a incorporação ativa do povo à luta contra a ditadura, pela **expulsão do imperialismo e pela libertação nacional**, não será um fenômeno desligado da guerrilha urbana e da abertura estratégica com a guerrilha rural (O GUERRILHEIRO, 1972, p. 2, grifo nosso).

Destacavam, ainda, que o objetivo da organização era o de se fortalecer através do “*saque sistemático às classes dominantes*”, o que daria “*ao povo uma visão mais clara*” da sua luta (O GUERRILHEIRO, 1972, p. 3). Entre março e abril, lançavam a quinta edição do “**Ação**”⁴³ apontando o fato do Brasil se portar como um “*dócil aliado*” dos grandes capitalistas estadunidenses e que o regime militar cumpria seu papel ao defender os interesses destes e “*dos*

⁴⁰ Em 1971 surgem duas dissidências da ALN: o MOLIPO – Movimento de Libertação Popular; e a TL – Tendência Leninista da ALN, formada por um grupo de militantes exilados. Seria formado também o M3G – Marx, Marighella, Mao e Guevara, no Rio Grande do Sul (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

⁴¹ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6452, depositado no AEL/Unicamp.

⁴² Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6473, depositado no AEL/Unicamp.

⁴³ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 8237, depositado no AEL/Unicamp.

grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, na sua maior parte ligados ou subordinados aos grupos estrangeiros” (AÇÃO, 1972, p. 4).

Denunciaram também a situação precária vivida pelos camponeses, a perseguição nas escolas e universidades e a falta de liberdade de expressão da sociedade brasileira. Diante disso, os órgãos de repressão do regime militar aprimoravam “*constantemente seus métodos de tortura, com a assessoria da CIA e a ajuda financeira das grandes empresas*” (AÇÃO, 1972, p. 5). Assinalaram que,

Sem dúvida, tudo isso serve para convencer a um n° cada vez maior de brasileiros de que só é possível acabar com a ditadura pela luta armada. Porém, como o povo não dispõe de um exército, terá que travar a luta através da guerrilha. **A guerrilha é para conquistar a liberdade o Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder e instaurar um governo revolucionário do povo** (AÇÃO, 1972, p. 5, grifo nosso).

Por fim, na sexta edição do “**Ação**”⁴⁴, de maio e junho de 1972, divulgavam a notícia de um ataque feito pela organização contra o estadunidense Craig Myers, diretor do grupo financeiro Johnson Y Higgins – uma corretora de seguros. Myers era visto como um “*ladroão ianque*” que enriquecia e mandava seus lucros para os Estados Unidos “*as custas do empobrecimento crescente do povo brasileiro*” (AÇÃO, 1972, p. 7). A ação consistiu em uma explosão de bomba que destruiu os carros da casa, além da pichação nas paredes da residência.

Nas paredes, ficaram inscritas a alça de mira e a inscrição “**OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL**” – ALN – como **uma lembrança dos norte-americanos de que se trava no Brasil hoje uma guerra revolucionária de libertação nacional** e uma advertência: os exploradores do povo e financiadores de torturas e assassinatos não ficarão impunes (AÇÃO, 1972, p. 7, grifo nosso).

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, pode-se aferir que, de fato, o comportamento adotado pelos EUA para garantir e preservar seus interesses no contexto das Relações Interamericanas ao longo da Guerra Fria contribuiu para desencadear um ambiente político bastante conturbado no Brasil. O apoio estadunidense aos setores sociais descontentes com as medidas adotadas pelo governo trabalhista de João Goulart levou, de um lado, à quebra do regime democrático e, de outro, como consequência do Golpe de Estado, ao surgimento de grupos de oposição à Ditadura. Dentre estes, uma parcela optou por levar seu descontentamento ao extremo,

⁴⁴ Este documento encontra-se no anexo do BNM, n° 6477, depositado no AEL/Unicamp.

apostando na consolidação de guerrilhas urbanas e na luta armada. Foi, exatamente, nesse contexto que se deram as atividades revolucionárias levadas a cabo pela Ação Libertadora Nacional, as quais foram, em grande parte, lideradas pelo histórico militante comunista brasileiro, o baiano Carlos Marighella.

Tendo em vista tal conjuntura, e retomando os documentos produzidos pelo grupo guerrilheiro à época, este artigo dedicou-se prioritariamente a identificar a maneira pela qual a ALN percebia, analisava e reagia ao apoio dos EUA à ditadura cívico-militar brasileira, desde sua participação no golpe de Estado (através da operação “Brother Sam”) à manutenção do Regime de Exceção ao longo de pouco mais de duas décadas.

De maneira mais específica, constatou-se que a história da organização esteve atrelada às estratégias e aos ideais vislumbrados por Marighella, tendo sido ele o principal responsável pela consolidação dos princípios e da prática encampada pela ALN. Interessante notar que, conforme demonstram os documentos citados ao longo do trabalho, os escritos da “fase cubana” de Marighella já apontavam para a ação armada como a única maneira capaz de combater o regime militar brasileiro e, conseqüentemente, a nefasta presença estadunidense no país.

As manifestações do guerrilheiro baiano, antes mesmo de sua estadia em Cuba, já expressavam claramente a oposição à ingerência dos EUA na região. Por diversas vezes, Marighella ressaltou o flagrante *entreguismo* do regime militar e sua postura *submissa* às vontades e aos interesses dos EUA. Tal situação, em sua análise, era extremamente grave, pois representava uma barreira para a libertação nacional e para o desenvolvimento do país. Por isso, apontava que era necessário não apenas encontrar caminhos para combater os militares, mas também a hegemonia estadunidense no hemisfério. Para ele, a luta armada representava um modo de resistência daqueles contrários ao regime opressor e aos seus financiadores.

Dessa maneira - como comprovam os diversos documentos trazidos neste artigo - verifica-se que, fortemente inspirada no pensamento de Marighella, a ALN sempre foi enfática em denunciar a ligação visceral entre o regime militar e os EUA. Se, por um lado, tais passagens são até certo ponto repetitivas, por outro, elas reforçam cabalmente a ideia de que a organização apontava a ingerência estadunidense no Brasil como a principal força inimiga a ser combatida. Tanto que duas das mais destacadas ações guerrilheiras encampadas pela ALN foram direcionadas, exatamente, ao ataque ao governo estadunidense: o *justicamento* de Chandler e o sequestro de Elbrick. Os dois casos podem ser vistos como ações simbólicas contra o imperialismo estadunidense e seus interesses políticos, econômicos e estratégicos estabelecidos no Brasil.

Dentre as duas ações, nos parece correto apontar que o sequestro de Elbrick teve maior impacto, especialmente por ter gerado ampla cobertura midiática e, também, por ter, em certa medida, desmoralizado o regime militar ao desvelar sua subserviência aos EUA. A ALN foi muito bem sucedida em despertar temor no governo, uma vez que este não poderia correr o risco de ver mais um representante oficial dos EUA ser assassinado em território brasileiro. Por outro lado, ambas as ações tiveram como consequência o aprofundamento da repressão aos guerrilheiros, dificultando suas ações e, como no caso de Marighella, os levando a morte.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Tomo III - Perfil dos Atingidos - do Projeto Brasil Nunca Mais da Arquidiocese de São Paulo, 1985.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 7º ed. Revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERQUÓ, Alberto. **O sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BRASIL: NUNCA MAIS. **Brasil: Nunca Mais Digit@l**. Sobre nós. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>>. Acesso em: 19 de ago. de 2020.

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada**. Editora Ática S.A. – São Paulo, 2º edição, 1987.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo**. Companhia das Letras, 5º edição, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **A Crise Brasileira**. 1966. *IN*: Escritos de Carlos Marighella, editorial livramento, 1º edição, dezembro de 1979.

MARIGHELLA, Carlos. **Porque Resisti a Prisão**. Primeira edição, RJ, Edições Contemporâneas, 1965. 2ª edição, editora brasiliense, 1994.

MAZZA, Luigi. **Por Marighella e seu bando, 5 mil dólares**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/por-marighella-e-seu-bando-5-mil-dolares/>>. Acesso em: 8 de jun. de 2019.

MELO, Demian Bezerra de. "**Civis que colaboraram com a ditadura**". In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol. II. Brasília: CNV, 2014, p. 303-328.

MOREL, Edmar. **O Golpe Começou em Washington**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

PARKER, Phyllis R. **1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Traduzido por Carlos Nayfeld. Coleção Retratos do Brasil, vol 108. Editora Civilização Brasileira S.A., 1977.

REZENDE, Claudinei Cássio de. **Suicídio Revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. <https://doi.org/10.7476/9788579830822>

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DOCUMENTOS DO ANEXO “BRASIL NUNCA MAIS”

ALN. **Ao Povo Brasileiro**, 1970. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 6371 - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **A Ação Revolucionária e a Frente Unificada**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 75 e 5812 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação**, 3ª edição, novembro de 1971. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 6452 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação**, 5ª edição, março/abril de 1972. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 8237 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação**, 6ª edição, maio/junho de 1972. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 6477 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Carta aos militantes da Ação Libertadora Nacional**, 1970. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 5412 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O Guerrilheiro**, 1ª edição, 1968. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 60 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O Guerrilheiro**, 4ª edição, 1972. Anexo Brasil Nunca Mais, nº 6473 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Prisões**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 5812 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Procurados**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 70 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Sobre problemas e princípios estratégicos**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 63 e 1609 – Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN, MR-8. **Ao Povo Brasileiro**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 6429 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Algumas questões sobre as Guerrilhas no Brasil**, 1967. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 61 e 5262 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Ao Povo Brasileiro**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 67 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta à Executiva**, 1966. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 698 - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta à Fidel Castro**. *In: Cartas de Havana*, 1967. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 6467 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta ao Comitê Central**. *In: Cartas de Havana*, 1967. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 6467 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Entrevista ao seminário francês “Front”**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 76 – Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Mensagens aos Brasileiros**, 1968. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 191 e 5261 - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Mensagens de Cuba**, 1967. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 6468 - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Respostas ao questionário do pensamento crítico**, 1967. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 58 – Arquivo Edgard Leuenroth.

PENSAMENTO CRÍTICO. **Entrevista de Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”**, 1970. Anexo Brasil Nunca Mais, n° 77 e 5812 – Arquivo Edgard Leuenroth.

Recebido em: abril/2020.

Aprovado em: setembro/2020.